
A URBANIZAÇÃO EM MACAPÁ APÓS A CRIAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ: EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

L'URBANISATION À MACAPÁ APRÈS LA CRÉATION DE L'ÉTAT D'AMAPÁ: L'EXPANSION URBAINE ET L'INÉGALITÉ SOCIO-SPATIALE

Eliane Cabral da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho visa compreender as transformações na urbanização de Macapá-AP, após a estadualização do Amapá em 1988, por meio da investigação do processo de expansão urbana ocorrido. A expansão foi pensada considerando dois períodos: 1990 a 2010 e 2011 a 2015, e analisada a partir da perspectiva da produção do espaço urbano, que tem como estratégia um olhar dialético e crítico, de forma a identificar agentes, processos e contradições. Os dados levantados e as reflexões realizadas a partir da pesquisa evidenciam a importância do capital imobiliário no processo de expansão urbana recente de Macapá e indicam, para o período de 2011 a 2015, a constituição de novas formas e conteúdos no urbano macapaense que intensificam as desigualdades e a segregação socioespacial.

Palavras-chave: Expansão urbana; desigualdade; segregação; socioespacial; Macapá-AP.

RÉSUMÉ: Cet actuel travail a pour but comprendre les transformations dans la vie urbaine de Macapá-AP, après l'Amapá avoir été transformé en État en 1988, en voie d'un processus qui a eu lieu dans l'expansion urbaine. L'expansion a été pensée en considérant de deux périodes : 1990 a 2010 et 2011 à 2015, et a été analysée parmi une perspective de production de l'espace urbain, qui a comme stratégie un regard dialectique et critique, de façon à identifier les agents, les processus et les contradictions. Les données recueillies et les réflexions réalisées à partir des recherches prouvent l'importance du capital immobilier dans le processus de l'expansion urbaine récente de Macapá et indique, pour la période de 2011 à 2015, la constitution de nouvelles formes et contenues dans le milieu urbain macapéen, ceux qui intensifient les inégalités sociales et la ségrégation socio-spatiale.

Mots-clés : expansion urbaine ; inégalité ; ségrégation; socio-spatiale; Macapá-AP.

¹ Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: lianecabral@hotmail.com

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

Macapá é a maior cidade do Amapá e sua capital. Localizada na Amazônia Setentrional, atualmente mais de 94% de sua população reside no urbano. Sua história mostra que o seu crescimento urbano, até a estadualização em 1988, foi consequência de grandes projetos econômicos ligados ao extrativismo, à exploração mineral e às políticas públicas direcionadas à “ocupação” e ao desenvolvimento da Amazônia depois que foi elevado à categoria de Território Federal, em 1943, como é assinalado por Becker (2013), Nascimento, Couto e Ferreira (2010), Santos (2012), Superti, Porto e Martins (2011). Segundo esses autores, foram vários os acontecimentos que dinamizaram o Estado, atraindo indivíduos de outros lugares, com consequências diretas no crescimento da capital até meados da década de 1990.

Mas, após o processo de estadualização, em 1988 essa dinâmica se modifica e, especialmente a partir de 2011, o processo de expansão urbana em Macapá passa por sensíveis mudanças, principalmente no que se refere a suas formas e conteúdo, destacando-se a maior presença no território de serviços ligados a meios técnico-científico-informacionais² e, especialmente, o comparecimento do setor imobiliário, via incorporadoras e construtoras, como agentes importantes na promoção da expansão urbana e na produção da cidade.

O presente trabalho foi pensando no sentido de entender parte dessa realidade e tem como objetivo compreender os aspectos da urbanização de Macapá após a estadualização do Amapá, a partir da investigação do processo de expansão urbana ocorrido. A expansão foi discutida considerando dois períodos: 1990 a 2010 e 2011 a 2015, divisão que se justifica porque o período de 2011 a 2015, em comparação ao anterior, evidenciou novos agentes na produção do espaço urbano nessa urbe e transformações socioespaciais significativas. Até 2010, o Estado, via a implementação de loteamentos e serviços públicos, era o principal agente promotor da expansão urbana.

A expansão foi analisada a partir da perspectiva da produção do espaço urbano, que tem como estratégia um olhar dialético e crítico sobre a cidade, de forma a identificar agentes, processos e contradições. Henry Lefebvre e David Harvey foram as referências principais para pensar sobre o urbano, a cidade e os processos que envolvem sua produção. Nesse sentido, cidade e urbano são preferencialmente entendidos como resultantes de relações sociais e o direito à cidade, entre outras questões, como dar potência ao valor de uso do solo urbano sobre o seu valor de troca. A coleta de dados empíricos ocorreu via investigação de campo, mapeamento dos principais empreendimentos imobiliários residenciais e levantamentos em órgãos oficiais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - SEMUDH e outros.

A hipótese levantada é que após 2011 Macapá se insere em um novo patamar do desenvolvimento das forças capitalistas na Região Norte, assumindo, entre outras funções, a condição de um novo *locus* de investimentos do capital. Com isso, o capital imobiliário se torna o principal agente da expansão urbana e suas intervenções no espaço contribuem para a constituição de uma morfologia urbana cada vez mais desigual e segregada.

2 Aspectos da urbanização de 1990 a 2010

Dados do IBGE mostram que, entre 1990 e 2010, logo após a estadualização, a população de Macapá cresceu 136,48%, passando de 132.668 habitantes para 381.214 em 2010. A média de urbanização atingida para a época foi uma das maiores entre as capitais da Região Norte. Quanto aos fatores geradores desse crescimento, aponta-se em primeiro lugar a migração. A respeito da origem desses migrantes, as estatísticas do IBGE³ mostram que a grande maioria das pessoas são provenientes da Região Norte, em especial regiões circundantes ao estado do Amapá, como as ilhas do Pará. Do total de habitantes em 2010, 381.214 pessoas, 96,64%⁴ eram nascidas na Região Norte, indicando uma dinâmica migratória de forte conteúdo intrarregional. Com relação aos motivos da migração, o acesso a serviços, como saúde, educação e a expectativa de conseguir melhores condições de trabalho foram os principais fatores que motivaram esse deslocamento para Macapá.

As estatísticas do IBGE evidenciam ainda que o crescimento da população macapaense entre 1990 e 2010 ocorreu de modo a favorecer uma forte concentração das pessoas no espaço urbano e diminuição significativa das residentes na área rural, conforme é possível observar no Quadro 1.

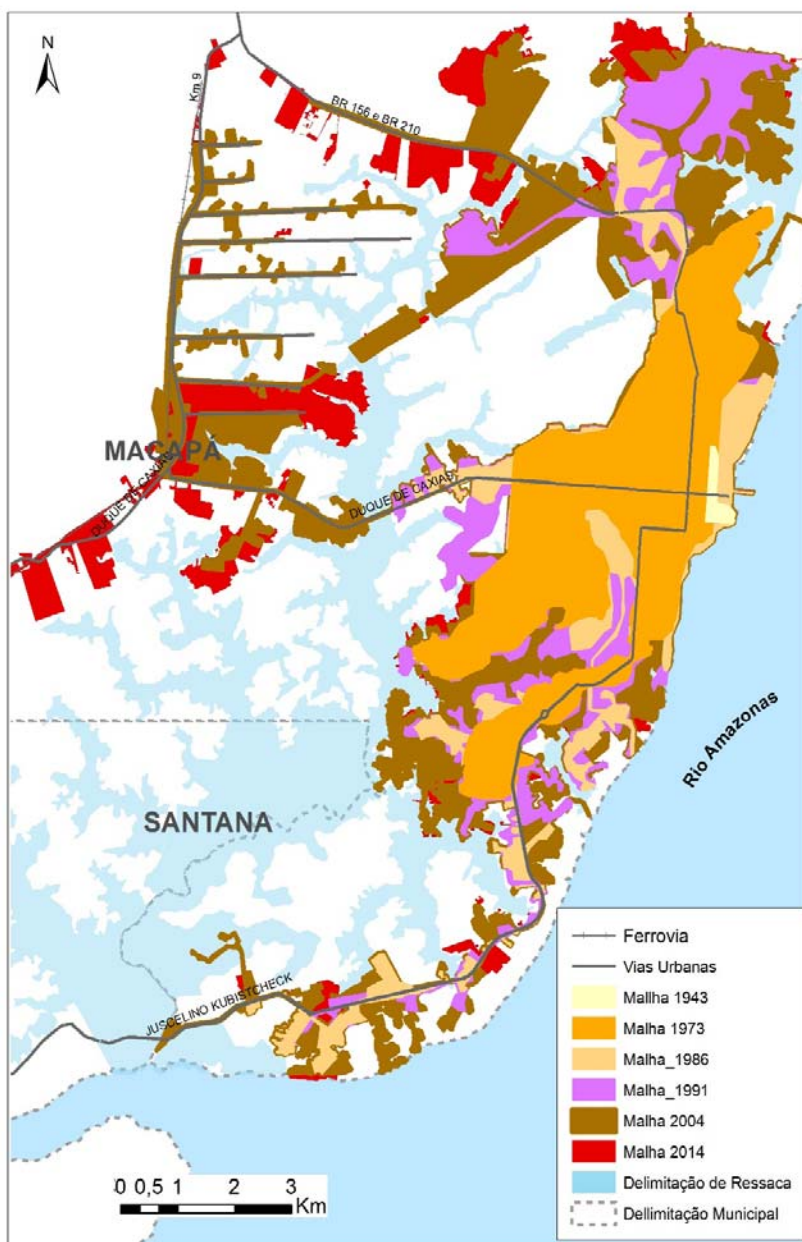
Quadro 1. Evolução da População Rural de Macapá 1980 a 2010

Período	População Total	População Urbana	População Rural	% População Rural
1.980	137.451	93.132	44.319	32,24
1.991	153.572	132.668	20.904	13,61
2.000	283.308	270.628	12.680	4,47
2.010	398.204	381.214	16.990	4,26

Fonte: Censos do IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O crescimento da malha urbana de Macapá, entre 1990 e 2010, foi igualmente significativo. O Mapa 1, que representa a expansão da malha urbana de Macapá em 4 momentos (1943, 1973, 2004 e 2014), dá dimensões de quais foram os direcionamentos do crescimento urbano para o período. Observa-se neste mapa que o maior crescimento da malha urbana da cidade ocorreu entre 1973 a 2004, período correspondente a 15 anos de administração do governo do Território Federal e outros 15 de vigência da estadualização. Verifica-se, ainda, que a malha urbana existente em 1973 abrangia a área central e os bairros periféricos do centro. Já a malha ocupada em 2004 evidencia o crescimento da cidade, especialmente nos sentidos Sul e Norte. A malha urbana de 2014 destaca o crescimento da cidade para Oeste, Sul e Norte, sendo possível afirmar que a expansão urbana em Macapá,

a partir de 2011, ocorre segundo três eixos principais: Eixo de Expansão Urbana Sul, Eixo de Expansão Norte e Eixo de expansão Oeste.



Org.: Silva (2017). Elab.: Watanabe (2017). Arcgis 10.0.

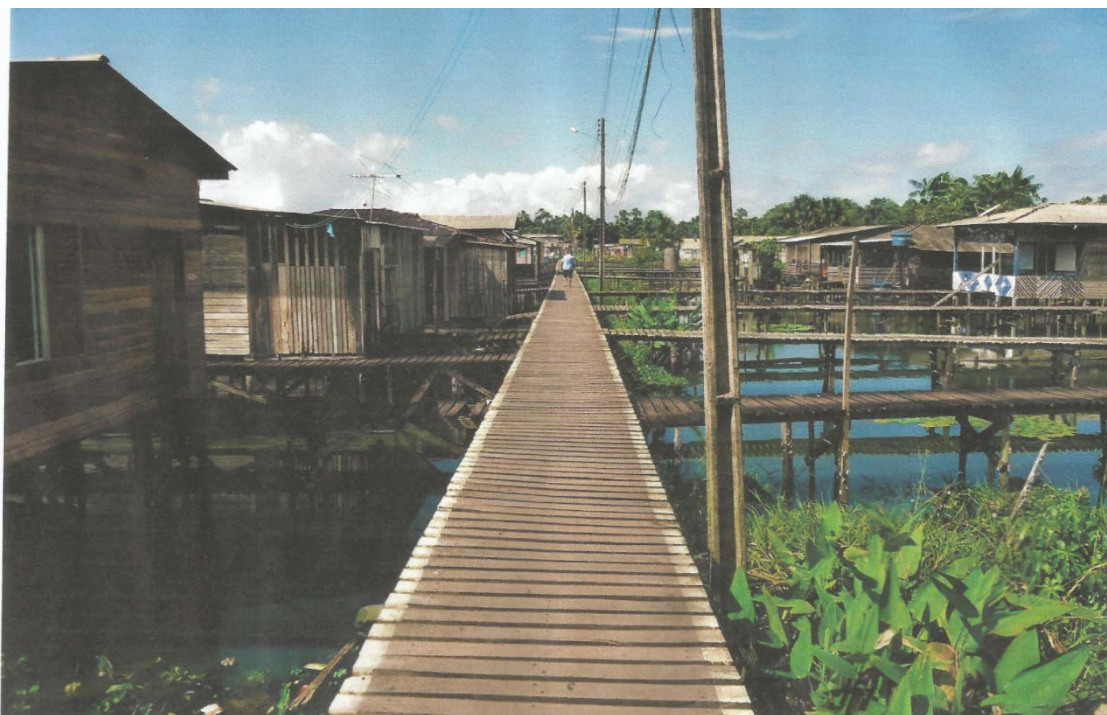
Mapa 1. Expansão da malha urbana de Macapá 1943 a 2014

Macapá, até a estadualização, possuía 17 bairros e a Avenida FAB, localizada no bairro Central, era o divisor entre as zonas Norte e Sul⁵, mas, a partir de 1990, ocorrem vários rearranjos no espaço urbano, devido ao adensamento populacional e elevado índice de ocupação. Inicia-se, então, um processo de ocupação e expansão urbana considerável, com o surgimento de inúmeros outros bairros e loteamentos, dos quais, 11 criados pelo estado do Amapá, sendo eles: Pantanal, Boné Azul, Marabaixo, Renascer, Amazonas,

Brasil Novo, Tucumã, Morada das Palmeiras, Chefe Clodoaldo, Novo Horizonte e Infraero I. Registros do IBGE, de 2017, dão conta de que existem hoje, em Macapá, 57 bairros consolidados, 27 oficialmente reconhecidos e outros 30 com ocupação consolidada, mas não oficialmente criados⁶.

Outra observação importante sobre a dinâmica da urbanização para o período é que, ao mesmo tempo que ocorre um processo de expansão urbana considerável, estimulado especialmente pelo Estado, a partir da criação de loteamentos destinados a trabalhadores de baixa renda na região Norte e Sul da cidade, nota-se, na paisagem urbana, que a desigualdade socioespacial se intensificou e se torna mais evidente em toda a sua extensão. A ocupação de áreas úmidas⁷ por habitações precárias é uma das expressões dessa desigualdade.

Em função das características do relevo de Macapá as áreas úmidas são encontráveis em toda a extensão da cidade, e, como a maioria dessas áreas são ocupadas por populações de baixa renda, tem-se essa dimensão de desigualdade socioespacial em boa parte do tecido urbano da cidade acarretando áreas próximas ocupadas por diferentes frações de classes sociais. A Figura 1 retrata as condições das habitações das pessoas que vivem nessas áreas úmidas em Macapá. Como se vê, são áreas onde está ausente qualquer infraestrutura, seja de saneamento, coleta de lixo e mesmo vias para circulação de veículos. Em geral as pessoas realizam seus percursos sobre pontes de madeira, que ligam as áreas alagadas às áreas de terra firme da cidade.



Fonte: Jornal Online Tribuna Amapaense. Disponível em <https://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2015/07/morar-em-areas-alagadas-e-degradante.html>. Acessado em: 10 Agos de 2017.

Figura 1. Áreas úmidas ocupadas em Macapá-AP

Para essa situação, parece-nos importante atentar para o fato de que a “opção” por determinados grupos sociais em ocupar as áreas úmidas, especialmente a partir de 1990,

tem relação com a impossibilidade financeira de acesso a terra urbana adequada para construção de moradias bem localizadas, ou seja, não é uma opção no sentido usual, mas uma impossibilidade de ocupar e/ou comprar terrenos/casas em áreas mais adequadas. A habitação, conforme aponta Rodrigues (1998), é uma das mercadorias do modo de produção capitalista, e o fato de pessoas morarem em unidades tão precárias demonstra a fraca potencialidade do poder de compra desta parcela da população, que vende sua força de trabalho e compra outras mercadorias necessárias à sobrevivência, das quais está excluída a casa produzida nos moldes tipicamente capitalistas. De modo que a necessidade de abrigo, indispensável para a reprodução, é suprida com a ocupação, construção, compra ou aluguel de barraco de favela, ou, se considerarmos o caso de Macapá, de palafitas em áreas em úmidas.

O próprio documento do *Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressaca de Macapá e Santana* (TAKIYAMA, 2012) reconhece que a maioria absoluta das áreas úmidas ocupadas em Macapá é para moradia; 93% das áreas ocupadas, segundo esse estudo, cumprem essa função. Além disso, os dados sobre pessoas residentes em aglomerados subnormais, do Censo Demográfico do IBGE de 2010⁸, registram que, para o ano, existiam em Macapá 13.790 domicílios em áreas com essa classificação; deste total, 10.940 eram domicílios em que a renda familiar era inferior a 1 salário, e outros 1.090, domicílios registrados como com moradores sem rendimentos, estatísticas que confirmam a carência financeira dessa população⁹.

Essa realidade de aumento da desigualdade socioespacial em Macapá evidencia uma mudança importante no processo de urbanização, que passa ocorrer a partir da estadualização, com relação à dinâmica anterior, e que diz respeito às formas de acesso a terra urbana. Até meados de 1990, a forma principal de acesso à terra urbana, em Macapá, ocorria por meio da distribuição gratuita, via dispositivo de posse, pelo governo territorial, e não na forma de propriedade, que caracteriza mais diretamente o mercado, de modo que o mercado de terras era pouco desenvolvido e o preço da terra relativamente baixo.

Esta distribuição tinha o objetivo de incentivar a ocupação da região. Mas a dinâmica de urbanização, que se impõe a partir de 1990, gera uma “escassez”¹⁰ da terra no urbano, em especial nas áreas com mais infraestrutura, e provoca mudanças nesse cenário, de modo que tanto o mercado de terras quanto a busca da renda da terra se fortalecem, contribuindo para um processo que, na atualidade, tem resultado na sobreposição do valor de troca da terra urbana sobre o valor de uso.

Nesse sentido, é a questão da realização da renda terra que começa a se impor como obstáculo ao acesso à terra adequada para moradia pelos grupos sociais mais pobres, de modo que, para além de “opção”, ocupar as áreas úmidas foi uma das soluções possíveis para morar com relativa proximidade de serviços públicos e de outras atividades frequentes e necessárias à reprodução da sobrevivência dessas populações.

3 Aspectos da urbanização de 2011 a 2015

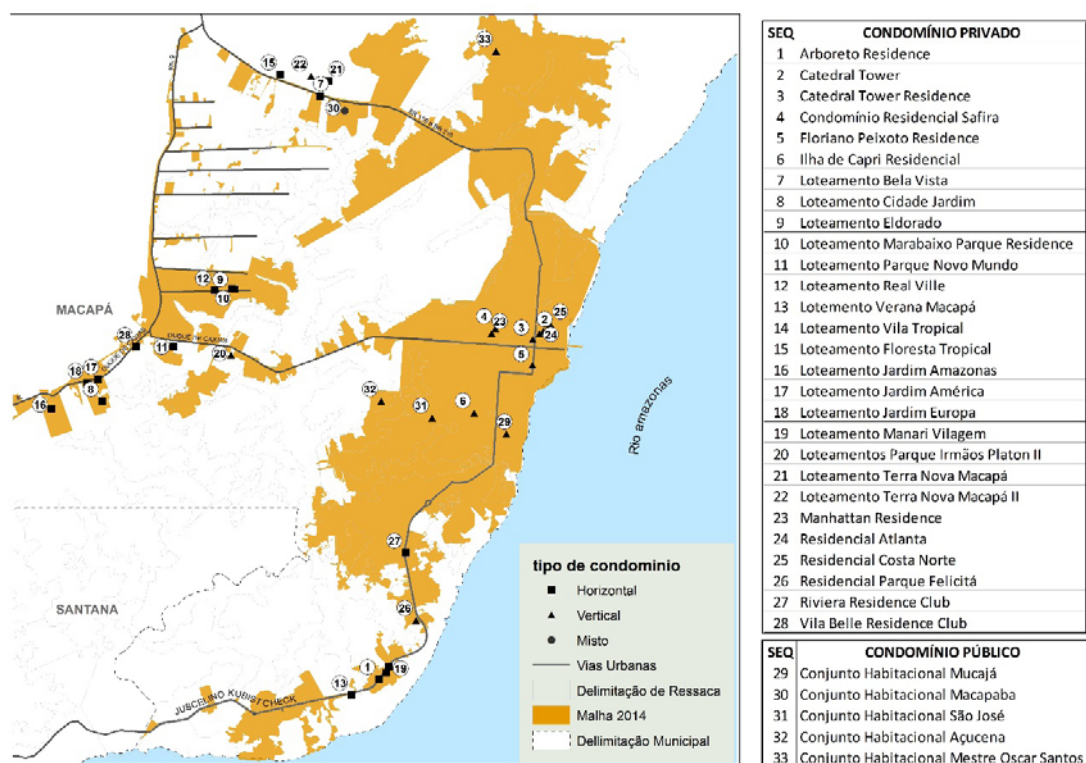
A partir de 2011, observa-se sensíveis mudanças no processo de urbanização de Macapá, principalmente no que se refere a suas formas e conteúdo, destacando-se a maior presença no território de serviços ligados a meios técnico-científico-informacionais, mudança no papel do estado no que se refere à condução do processo de expansão urbana e, especialmente, o comparecimento do setor imobiliário, via incorporadoras e construtoras,

como agentes importantes na promoção da expansão urbana e na produção da cidade.

Foi verificado que, de 2010 a 2015, foram realizados em Macapá cerca de 33¹¹ empreendimentos residenciais, dentre eles, 5 públicos e 28 privados, desses, 10 verticais e outros 18 na forma horizontal. Esses empreendimentos ofertaram à população macapaense mais 16 mil unidades, entre terrenos e residências. Desse total, 8.426 unidades foram provenientes da iniciativa pública, em especial pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado pela Lei Federal nº 11.977, de Julho de 2009, e outras 8.030 mil¹², contabilizando só os empreendimentos horizontais, resultantes da atuação da iniciativa privada. A distribuição pela cidade dos empreendimentos pode ser observada no Mapa 2.

No Mapa 2 observa-se que os empreendimentos públicos estão distribuídos pela cidade, sendo 2 na região Norte (Macapaba e Oscar Santos), 2 na região do bairro Buritizal (Jardim Açucena e São José) e 1 no bairro do Beírol (Mucajá); todas áreas já dotadas de algum tipo de infraestrutura, exceto no Macapaba, o maior dos conjuntos, com mais de 4 mil unidades, que foi construído em uma área de expansão urbana, pouco ocupada, e o Estado teve de colocar a infraestrutura básica.

Mas, apesar da importância da construção dessas habitações de interesse social, elas não resolveram a problemática da habitação dos trabalhadores de baixa renda de Macapá. Dados do Censo Demográfico do IBGE 2010 certificam que, em torno de 14% da população de Macapá, cerca de 60 mil pessoas vivem em habitações palafíticas precárias, sobre áreas alagadas, que estão em vários lugares da cidade.



Org.: Silva (2015). Elab.: Watanabe (2015). Arcgis 10.0.

Mapa 2. Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2015

Foi possível observar, durante o trabalho de campo, que boa parte dos empreendimentos privados horizontais são cercados, conforme registrado na Figura 2. Entretanto, o único que foi apresentado como condomínio fechado regularizado foi o *Vila Belle Residence Club*, da Incorporadora BELLIC S/A, situado na rodovia Duca Serra (área de expansão urbana Oeste). E, nesse caso, a questão da regularização é apresentada pelo empreendimento como elemento diferencial aos concorrentes.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Figura 2. Loteamentos e Condomínios Fechados - Rodovia JK - Zona Sul de Macapá

No restante dos loteamentos visitados não se obteve essa informação, de modo que parecem se tratar do que Rodrigues (2016, p. 153) classificou de loteamentos murados. A autora argumenta que os loteamentos murados são irregulares porque não seguem a legislação condominial, regida no Brasil pela Lei Federal nº 4.591/1964, e que, muitas vezes, esses empreendimentos são chamados de condomínios, com objetivo de burlar a vigilância. Para a autora, isso ocorre porque o setor da incorporação imobiliária considera este produto mais lucrativo do que os condomínios fechados, visto que áreas públicas, como ruas, praças e outras de uso institucional, não são entregues à municipalidade, aumentando a área dos empreendimentos, mas, sobre elas não incide o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

É conveniente apontar, também, que os empreendimentos verticais, construídos e em construção em Macapá, possuem valores acima de R\$ 350 mil reais, para unidades mais baratas, e as mais caras ultrapassam 1 milhão, o que indica que não são destinados aos trabalhadores de baixa renda e de renda média baixa, mas para atender um público de alta renda. A Figura 3 mostra as características de alguns desses empreendimentos, que não se apresentam como uma alternativa para atender o déficit habitacional.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Figura 3. Empreendimentos verticais no centro de Macapá, Incorporadora ICON

O que se tem é um processo de verticalização comandado pelo capital imobiliário local, via atuação de incorporadoras, construtoras e urbanizadores locais, que perceberam na construção de apartamentos de padrão médio e de luxo, uma forma de aplicar o capital excedente, fazer a mercadoria se realizar e promover a renda da terra de maneira a ter maior lucratividade. Nesse sentido, o processo de verticalização em curso segue a tendência mais geral de atuação do capital nas cidades, que, conforme apresentado por Harvey (2014), prioriza o valor de troca na cidade em detrimento do valor de uso, negando o direito à cidade a parte daqueles que vivem nela.

A vista para o Rio Amazonas, assim como a ideia da segurança no caso de loteamentos e condomínios fechados, é sempre apresentada nas propagandas dos empreendimentos verticais como um atrativo. O que parece tratar de situação verificada por Rodrigues (2016), com relação ao *modus operandi* das construtoras e incorporadoras para conseguir um maior preço nos empreendimentos murados. A autora explica que os loteamentos murados implicam a incorporação de capital à terra, elevando o preço do seu metro quadrado, o que significa aumento nos rendimentos. O fechamento deles e a instalação de equipamentos de monitoramento, tendo como pretexto a segurança, aumentam ainda mais a expectativa do preço da mercadoria. Tudo isso faz esses empreendimentos serem altamente lucrativos para os incorporadores.

Entendemos que, no caso dos empreendimentos verticais, trata-se de situação parecida. Nos empreendimentos verticais, a beleza cênica da paisagem, que tem como componente principal a vista para o maior rio em extensão do mundo, Rio Amazonas, são vendidos como mercadoria alicerçada na mercadoria terra/casa. De modo que os donos da terra/imóveis nessa região têm, no ato de realização da renda da terra, sua capacidade de lucro expandida, graças ao monopólio que têm sobre a terra e a renda diferencial, dado pela especificidade da localização, com visão privilegiada para o Rio Amazonas.

A ação do capital imobiliário privado na produção do espaço urbano em Macapá se dá, especialmente, a partir da ação de três principais urbanizadoras e incorporadoras que

dominam o mercado imobiliário e estão conduzindo o processo de expansão urbana na cidade de Macapá, das quais cito: Vex Construções e Incorporações Ltda., Urbanizadora e Loteadora Manari e ICON - Indústria da Construção Civil Ltda. Outras urbanizadoras, loteadoras se fazem presentes, mas suas obras são em pequena quantidade; ou se dão em associação com as urbanizadoras citadas, como é caso da Urbanizadora Renda Portuguesa, do Estado do Tocantins, que atua em parceria com a Vex, no empreendimento Terra Nova, localizado na área de expansão urbana Norte, e da CIPASA Urbanizadora de São Paulo que atua com a Vex no empreendimento Verana Macapá, localizado na área de expansão urbana Sul. Essas três urbanizadoras e incorporadoras surgiram em meados de 2000 e são originárias de capital local, atuam com capital fechado e duas delas nunca estabeleceram associações com outras empresas do ramo de grande porte, que são a ICON e a Manari.

Ainda é possível dizer, a partir do demonstrado no Mapa 2, que o processo de expansão urbana atual de Macapá segue uma lógica de verticalização e dispersão. A verticalização se dá no aumento da construção de torres no centro da cidade, direcionadas a públicos de média e alta renda, o que deve ocasionar aumento no número de indivíduos desses grupos sociais ocupando essa área urbana. Cabe ainda a reflexão de que, junto aos condomínios verticais de alto padrão, outros vários empreendimentos de serviços destinados a esse público também começam a se instalar na região, promovendo um enobrecimento da área e o encarecimento do solo urbano, ou indícios da produção espacial que apresenta sinais de “*gentrification*”.

A dispersão se relaciona ao número de condomínios e loteamentos horizontais que estão sendo construídos em áreas mais afastadas da cidade e com baixa densidade populacional. Muitas dessas áreas, em que ocorreu a implantação dos loteamentos murados e/ou condomínios fechados, eram rurais, localizadas em terras da União, e tiveram os títulos de posse regularizados via titulação cartorial, pelo INCRA, nas décadas de 1970 e 1980. A transformação dessas terras em loteamentos urbanos foi uma estratégia dos donos da terra no sentido de garantir a realização da renda nessa região e de forma a lucrar o máximo possível. Trata-se de uma expansão da urbanização no que se convencionou chamar de urbanização periférica em áreas suprimidas de infraestrutura.

Considerações finais

De modo geral, observa-se que o processo de urbanização, que se faz presente após estadualização e que vai até 2010, sofre alterações com relação ao processo vigente até 1988, em especial no que se refere às formas de acesso a terra urbana, e a maior visibilidade da desigualdade socioespacial urbana com ocupação de áreas úmidas e construção de habitações precárias nelas. Entretanto, o Estado continua sendo o principal promotor da expansão urbana e protagonista na produção do espaço urbano para o período, visto que sua atuação na implantação de loteamentos incentivou a expansão urbana para diversas áreas da cidade.

A presença dos agentes imobiliários tipicamente capitalistas, no período de 1990 a 2010, ainda que importante, é embrionária, não se notava a sua organização em uma cadeia mais complexa, com a presença de construtoras e incorporadoras como ocorre a partir de 2011. As formas e conteúdo dessa urbanização ocorrida até 2010, apesar de estarem em transformação, evidenciam um território pouco desenvolvido em relação aos elementos mais dinâmicos da economia capitalista urbana e com pouca densidade em objetos do meio técnico-científico-informacional.

Por sua vez, a expansão urbana ocorrida após 2011 se expressa a partir de um crescimento horizontal e vertical, e embora, o Estado não tenha se ausentado totalmente do processo, o mercado imobiliário assume a condição de principal agente promotor dessa expansão, impulsionando a constituição de uma morfologia da cidade cada vez mais desigual e segregada.

A expansão horizontalmente continua avançando para regiões periféricas, contudo o periférico agora apresenta um sentido dual, e não mais só como espaço marginalizado. Se reproduz, conforme salientado por Carlos, Volochko e Alvarez (2015), em um sentido contraditório, de forma que, se, por um lado, imensas áreas precárias em infraestruturas seguem ocupadas por autoconstrução, mostram, de forma dramática, a existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção de moradia. Por outro, sua negação são as áreas de construção dos condomínios fechados ou loteamentos murados, que apontam a contradição entre o espaço homogêneo (consequência da extensão do mundo da mercadoria que cria as bases de uma identidade abstrata em contradição com identidades locais) e o espaço fragmentado pela propriedade privada do solo.

Na expansão horizontal a discursiva da segurança justifica a construção de muros, e o morar entre muros potencializa a propriedade. De forma que surgem, como principal produto imobiliário do período, os condomínios fechados e os loteamentos murados que vendem, junto com a propriedade da terra, a mercadoria segurança. No que se refere ao processo verticalização, se, por um lado, a discursiva do crescimento da população urbana e da necessidade de garantir o maior número de pessoas morando em locais com infraestrutura justifica e encobre as contradições do processo em curso no centro da cidade, a realidade é que a maioria dos empreendimentos verticalizados, construídos e em construção, são de valores elevados e arrolam as ideias de praticidade, exclusividade e segurança nas suas peças publicitárias que indicam, na prática, formas que, construídas, produzem grande seletividade socioespacial.

Na paisagem urbana a desigualdade socioespacial continua a se fazer presente, 14% da população da cidade vivem em palafitas sobre áreas úmidas, contudo, nos espaços em que o capital imobiliário tem atuado no sentido da implantação das formas condomínios fechados e loteamentos murados, há alteração na forma e no conteúdo da segregação socioespacial. Os muros, segundo Rodrigues (2016), que, em outros contextos históricos, quase sempre representavam a divisão da diferença, nesse caso representam o limite ou a fronteira entre mundos socioeconomicamente distintos, configurando essa nova forma de segregação socioespacial. Sua presença produz uma cidade segmentada e fragmentada. A partir deles não há uma proposta de cidade, mas parcelamentos de glebas que formam enclaves, atendendo ao interesse da incorporação imobiliária, com o aumento de rendas, lucros e juros. Representam um tipo de segregação socioespacial que tem na propriedade privada e na apropriação privada de espaços públicos e coletivos sua base fundamental.

O Estado, que até 2010 se destacava como o principal promotor da expansão urbana, por mais que não tenha se eximido da responsabilidade na construção de moradias de interesse social, passa a ter um papel secundário, e os agentes econômicos imobiliários, agora formalmente consolidados e organizados em uma cadeia mais complexa, onde os setores da incorporação, do mercado de terras e da comercialização estão presentes, assumem a dianteira no processo de expansão urbana e provisão habitacional, dando margem para acontecer o que Harvey (2016) define como o valor de troca assumindo o comando da provisão habitacional.

Guardadas as devidas proporções, ao que parece, a capital macapaense se insere, após 2011, em um novo patamar do desenvolvimento das forças capitalistas na região Norte do Brasil, assumindo, entre outras funções, a condição de um novo *locus* de investimentos do capital, conforme discutido por Harvey (2016), fatos que impactaram de forma contundente o urbano. E o tipo de produção socioespacial, que se torna predominante para esse período, tem apresentado como característica a negação da cidade à maioria das pessoas que vivem nela, porque, como norma se privatiza parcelas do espaço urbano e o seu acesso passa a ser controlado, negligenciando à maioria de seus habitantes, dessa forma, em sentido profundo, a cidade como obra, invenção e criação coletiva, conforme apresentado por Lefèbvre (2001),

Notas

² Sobre meios técnico-científico-informacionais ver Santos e Silveira (2001).

³ Censos Demográficos do IBGE de 1940 (p. 179), 1950 (p. 68), 1960 (p. 197), 1970 (p. 612), 1980 (p. 34/35), 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=160030&search=amapa|macapa|infogr%EF1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>.

⁴ Censo Demográfico do IBGE/2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>>. Acessado em: 22 fev. 2017.

⁵ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE - Regional Macapá.

⁶ A denominação de bairros oficiais é para aqueles que têm seus limites devidamente reconhecidos e lei de criação aprovada. Não oficiais são aqueles de ocupação consolidada, mas que não têm limites reconhecidos e nem lei de criação aprovada.

⁷ No texto do *Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressaca de Macapá e Santana, Estado do Amapá* (2012), afirma-se que o processo de ocupação das áreas úmidas, reconhecidas regionalmente como ressacas, teve início na década de 1950 e se intensificou a partir de 1990. Atribui a responsabilidade pela ocupação dessas áreas para moradia à falta de planejamento e ineficiência do governo que não realizou um desenvolvimento adequado. Menciona ainda, os altos índices migratórios para o Estado, nas décadas 1990 e 2000 como os impulsionadores dessas ocupações que modificou o ambiente natural das ressacas.

⁸ Aglomerado subnormal é um conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para definir o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou -carência de serviços públicos essenciais. Informação disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acessado em: 22 fev. 2017. As áreas de ressacas ocupadas em Macapá se enquadram nesses critérios.

⁹ Dados disponíveis em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/00000006923512112011355415675088.pdf>>. Acessado em: 15 fev. 2017.

¹⁰ Escassez aqui é entendida não como esgotamento da terra, mas diminuição de sua oferta a baixo preço, devido ao processo de apropriação de boa parte da terra adequada para moradia e existente no urbano, por pessoas físicas ou jurídicas, como bem privado.

¹¹ Para levantamento dos empreendimentos imobiliários, neste trabalho, fez-se a opção metodológica, por registrar os loteamentos e residenciais com maior número de unidades e construídos pelas principais construtoras e incorporadoras que dominam o mercado macapaense, visto que impactaram mais a produção do espaço urbano.

¹² Esse número se refere somente à parte dos empreendimentos privados, pois tivemos dificuldade de conseguir o número de unidades nos empreendimentos verticais; portanto, nem todas estão contabilizadas, de modo que o número real de unidades ofertadas pela iniciativa privada é maior.

Referências

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 1.758**, de 27 de junho de 2013. Autoriza o Poder Executivo a realizar a alienação gratuita, mediante doação dos lotes urbanos de assentamentos localizados em imóveis de domínio do Estado do Amapá, para promover a regularização fundiária urbana e dá outras providências. Macapá: DOE, 28.06.2013.

BECKER, Bertha K. **A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 85 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: DOU, 8.7.2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Orgs.). **A cidade Como Negócio**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 270 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

HARVEY, David. **17 Contradições: e fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 235 p. (Vol. 1).

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 178 p.

_____. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico. **Revista Território**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-32, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

NASCIMENTO, Durbens M.; COUTO, Aiala C. O.; FERREIRA, Aurilene dos S. Estado fronteira e redes na Amazônia: uma contribuição ao debate. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.). **Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Rio de Janeiro: Publit, 2010. p. 17-44. (Vol. 1).

- NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfé. **Amazônia-Amapá: escritos de história**. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. (Orgs.). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992. 129 p.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condôminos Fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A Cidade Contemporânea. Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. 1. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. 239 p.
- SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: dos mundos das águas às florestas protegidas**. 2012. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999. 308 p.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 173 p.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
- SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá. Circuito de Debates Acadêmicos, 1., Brasília: IPEA, **Anais...** 2011.
- TAKIYAMA, Luís Roberto et al. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final**. Macapá: IEPA, 2012.